

MEMÓRIA DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970 E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Wellington de Oliveira¹
Elisa de Campos Borges²

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

E-mail: welltha@terra.com.br; elisaborgesuniv@gmail.com

Recibido: 2 Octubre 2013 / Revisado: 21 Noviembre 2013 / Aceptado: 17 Enero 2014 / Publicación Online: 15 Febrero 2014

Resumen: El objetivo de este trabajo es señalar cómo fue el contexto socio-político brasileño y de América Latina en la segunda mitad de la década de 1970 del siglo XX en el punto de ebullición. Los conflictos derivados de la dictadura militar impuesta por el golpe de 1964, en Brasil, 1973, en Chile y 1976 en Argentina, se intensifican gradualmente y segmentos de la sociedad civil brasileña comienzan a tomar sus preocupaciones a la calle, es decir, los segmentos de la sociedad civil comienzan a disputar desde sus lugares de residencia incluso para el lugar de trabajo, la creación de nuevas formas de organización de los movimientos sociales en Brasil con repercusiones en América Latina. Esto no quiere decir que no hubo parálisis total en la sociedad antes del plazo que cubre el momento histórico de la dictadura militar. Se puede argumentar que las actividades de organización de los trabajadores tomaron diferentes formas en el período anterior a la segunda mitad de 1970.

Palabras clave: movimientos sociales, laborales y de la sociedad civil.

«A história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e idéias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado industrial e que, portanto, criaram e transformaram as classes que o executam». (Hobsbawm, 1987: 13).

1. E a sociedade brasileira se move....

O contexto sócio-político brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 do século XX se encontrava em ebulição. As contradições decorrentes da ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 estão se acirrando e paulatinamente segmentos da sociedade civil brasileira começam a levar suas inquietudes para as ruas, ou seja, os referidos segmentos da sociedade civil começam a contestar, a partir de seus locais de residência até mesmo pelos locais de trabalho.

«A ditadura de 64 movimentou efetivamente a sociedade.

Desenvolveu sua economia, modificando o estágio das forças produtivas, a ocupação do território e a distribuição espacial da população. Diferenciou-a em termos estruturais e funcionais, com o que impulsionou a reorganização dos interesses e o associativismo. Deformou-a socialmente, aumentando a miséria, interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão.» (Nogueira, 2005:19)

A citação acima aponta como a formatação da sociedade civil brasileira no contexto da ditadura sofreu uma reorganização. Isto não significa que havia uma paralisia total na sociedade anterior a esse período que abrangia o momento histórico da Ditadura Militar. Segundo Filgueiras (1986), as atividades de organização dos trabalhadores tomaram formas diferenciadas

no período anterior à segunda metade dos anos de 1970. A autora pôde constatar isto quando da sua pesquisa sobre “*A experiência das mulheres do Bairro Industrial*”, região da Grande Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Ao fazer a pesquisa ela pôde constatar o seguinte:

«As atividades dos trabalhadores na região estiveram mergulhadas em experiências pequenas e localizadas, sob intensa vigilância, discussões em grupos de seções de fábricas, trocas de informações, luta cotidiana nos postos de trabalho, resistência à hora extra.» (Filgueiras, 1986: 196)

Assim sendo, os operários dessa importante região industrial da Grande Belo Horizonte se mobilizam. Filgueiras destaca, também, a atuação da Juventude Operária Católica na constituição de um espaço de formação de lideranças que atuaram tanto no chão da fábrica como nas atividades reivindicatórias do bairro, apresentaremos alguns dados retirados do Informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, ano de 1984:

«Não foi, portanto de repente que o movimento popular reapareceu no período pós-1976. Mas foi nesse momento em que estavam dadas as condições para que os trabalhadores que já vinham ocorrendo em pequena escala viessem à tona e para que as organizações nascessem. As péssimas condições de vida e a exploração do trabalho haviam atingido também um estágio insustentável, vale lembrar que entre 1970 a 1980 a população de Contagem aumentara em 154,4%, com uma taxa anual de 9,69%5.» (Filgueiras, 1986: 200)

Apontando na mesma direção, agora falando sobre a formação da *Oposição Operária* em São Paulo que se cria no decorrer da década de 1970, temos Hamilton Faria afirmando a importância desses “*pequenos movimentos*” às vezes tratados como insignificantes por aqueles que estudam o movimento operário, tornou-se importante fator para a formação das oposições operárias em São Paulo. Ele vai denominar o período que vai dos finais dos anos 1960, mais especificamente 1968 (ano das greves em Osasco (SP) e Contagem (MG) até 1978 (“A quebra do silêncio, com as Greves do ABC paulista), de período em que os” *operários viviam exilados na fábrica*”(Faria, 1986). Essa percepção do autor decorre do fato da forma como o Aparelho de Estado dominado

pelos militares, encaravam as questões trabalhistas, ou seja, na concepção do Estado ditatorial aos trabalhadores era negada a possibilidade de participação política e as questões trabalhistas eram tratadas como atividades subversivas da ordem. Daí a importância desses embates localizados no interior da fábrica que, segundo Faria:

«Entendo que nessas lutas fabris, por menores que sejam, forja-se a identidade da classe do operariado, seus objetivos, suas experiências, constituem-no enquanto um sujeito coletivo transformador, expressam a oposição ao capital que para se reproduzir procura firmar o seu poder na fábrica coisificando o trabalhador.» (Faria, 1986: 124).

E segue:

«As lutas de resistência, embora não explícitas, informais, localizadas, na verdade questionam o fundamento da sociedade capitalista através do questionamento de aspectos parciais da organização da produção.» (Faria, 1986: 124).

Pode-se notar, então que, tanto no trabalho de Filgueiras (1986) bem como no de Faria (1986), aponta no sentido de que existe uma organização embrionária dos trabalhadores anterior às greves de 1978. Portanto não é algo que surge de uma espontaneidade abstrata e sim, uma concretização de um movimento interno da classe operária. Por sua vez, não é apenas extensão, ou consequência desses movimentos. Uma coisa são os pequenos movimentos moleculares nas fábricas e nos bairros durante o período de intensa repressão, outro fenômeno são os movimentos de massa. Há uma relação entre eles, porém, não uma relação de causalidade.

A mudança do contexto histórico coloca novos fatores que não estão exclusivamente nos pequenos movimentos, embora sua importância deva ser registrada. Não se pode deixar de registrar que os autores citados realizaram suas pesquisas em Estados da Federação diferentes, Minas Gerais, no caso de Cristina Filgueiras e São Paulo no caso de Hamilton Faria. O que há de comum nos estudos dos pesquisadores citados é fato de terem pesquisado em áreas urbanas e industrializadas.

A razão desse desabrochar da sociedade civil com maior intensidade no final dos anos 1970 tem como elemento catalisador a crise econômica deslanchada no início da década, é a chamada “*crise do milagre brasileiro*”, assim denominado em função dos altos índices de crescimento econômico apresentado no hiato de tempo que foi de 1968 a 1973.(Mattos: 2003) Porém, só fator econômico não explicaria esse deslanchamento do movimento dos trabalhadores como se pode verificar nos parágrafos anteriores, existe uma organização embrionária na sociedade brasileira para que ela se movesse e forçasse abertura de canais para negociações e participação políticas de setores que viviam no “*exílio das fábricas*” (Faria, 1986) porque esses canais não existiam conforme nos esclarece Filgueiras (1986) : “*havia um fechamento dos canais de participação política*”. Deve-se lembrar que esse fechamento afetava mais às classes populares. Além do mais tem que se levar em conta o acirramento das críticas à Ditadura Militar que se consubstanciam em movimentos como “Luta pela Anistia”, estudantil, organização das Associações de Bairros etc.

Nesse momento que os altos índices de crescimento econômico entram em queda e com isto a inflação surge de maneira contundente e sendo assim passa a afetar a vida cotidiana dos trabalhadores.

«As bases do milagre se assentavam sobre a “recessão controlada” nos anos anteriores, e sobre a capitalização do Estado através do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional. Tal política econômica impulsionava o desenvolvimento, através do investimento em infraestrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos a baixo custo nas estatais.» (Mattos, 2003: 56)

Interessante ressaltar que essa crise assinala como a economia nacional estava dependente ao capitalismo internacional, pois é desse período o chamado “choque do Petróleo”, ocasionado pela alta dos preços do barril do referido produto pelos produtores que à época, em 1973 para ser mais preciso, fortaleceram o cartel denominado Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP -. Aliado a isso, a economia internacional, nos países denominados centrais do capitalismo, iniciava-se um fenômeno denominado “estagflação”, ou seja, estagnação

econômica aliada a uma inflação descontrolada, na verdade não chegava aos níveis dos países da periferia do sistema que é o caso do Brasil, mas era fator de desestabilização dos mesmos.

Contudo, o modelo foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados – com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia – à mercê de um incontável “mercado mundial”. No início da década de 1980, mesmo um país grande e rico como a França, então sob um governo socialista, achava impossível bombear unilateralmente sua economia. Dois anos depois da triunfal eleição de Mitterand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos, e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela “austeridade de face humana”. (Hobsbawm, 1995:401).

Não se pode esquecer que a economia brasileira sofreu uma alavancagem na sua base industrial exatamente no período do “Milagre Brasileiro” em função da abertura concedida pelos governos militares ao capital internacional e a instalação de indústrias multinacionais não só foram apoiadas como incentivadas através de renúncias fiscais e também na construção de infraestrutura necessária através do

Estado, seja ele, federal, estadual ou municipal. Para que se possa ilustrar vejamos o caso da implantação da FIAT automóvel em Betim (MG) quando a referida empresa ficou isenta de pagamento de impostos por 10 anos assim como todas as obras de infraestrutura foram feitas pelo governo do Estado de Minas Gerais. Portanto, o modelo econômico brasileiro desenhado durante o período da

Ditadura Militar se pautava na dependência ao capital internacional e, através da ação Estatal, no favorecimento da iniciativa privada. Vale lembrar também que, esse crescimento econômico desenvolvido no referido período não proporcionou uma distribuição de renda tampouco um aumento dos ganhos dos trabalhadores, pois a outra perna que sustentava o modelo era o “arrocho salarial”.

Aliado a esse “arrocho salarial” estava a super exploração da força de trabalho através do controle dos movimentos sociais e sindicais através da repressão, ou melhor, dizendo, o

Estado utilizando os mecanismos coercitivos, intervém em sindicatos, aprisiona líderes estudantis e/ou populares. A coerção tem um peso forte na relativa imobilização da sociedade e está fortemente presente em dois setores que no pré-64 se encontravam em processo de maior organização, o movimento estudantil e o sindical, além da repressão às mobilizações dos trabalhadores rurais e dos praças das Forças Armadas.

Ao movimento estudantil foi imposto punições e restrições à participação na vida política do país que consubstanciam nos Decretos-Leis 228/68 e 447/69, contudo as autoridades universitárias, aliadas ao governo ditatorial, já aplicavam sanções aos estudantes críticos ao governo utilizando-se do recurso dos regimentos internos:

«O Governo também refina seu aparelho repressivo através do AI-5 (dezembro de 1968) e do Decreto-lei nº 477 (fevereiro de 1969) criando o terror institucionalizado e permanente que passou a controlar a sociedade em todos os níveis. (...) O Decreto nº 477 permitia que se reprimisse com rigor qualquer tentativa de crítica política no interior das escolas e universidades.» (Olinda et al, 1994: 235).

Ao movimento sindical além dos mecanismos instituídos pela Ditadura Militar, utilizou os mecanismos já existentes na legislação laboral que permitia a intervenção do Estado, através do Ministério do Trabalho, nos sindicatos. Não se pode esquecer que os sindicatos no Brasil, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), organizada por Getúlio Vargas, passaram a ficar atrelados ao Ministério do Trabalho, inclusive para seu funcionamento deveria obter a “carta sindical” concedida pela referida repartição pública. Inclusive é mister ressaltar que a ação de Vargas decorre de uma sistematização legal das lutas implementadas pelos trabalhadores brasileiros, e não uma benesse do ditador. Porém, como afirma Mattos (2003) as mobilizações de trabalhadores não deixaram de existir:

«Levantamentos de meados dos anos 1970 davam conta de cerca de duas dezenas de movimentos como greves e “operações tartaruga” em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974. Na Ford de São Paulo de São Bernardo, por exemplo, entre 1967 e 1969 realizaram-se várias “greves de fome”

(recusa à alimentação no refeitório da empresa) e uma greve geral da fábrica em 1968, organizadas no local de trabalho por trabalhadores que seriam duramente reprimidos pela empresa. Ainda assim, no auge da repressão de 1970 foi realizada a “greve da dor de barriga”, em que parte da produção parou devido às filas de trabalhadores na enfermaria.» (Mattos, 2003: 59).

A esses movimentos Antunes (1988: 14) diagnosticava como de resistência ao modelo de acumulação implementado pela Ditadura Militar e, com o fim da euforia do 'milagre', a crise econômica atingiu mais ainda a classe trabalhadora pautando assim a «atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho/arbítrio» (Antunes, 1988).

E ainda mais:

«Essa resistência era marcadamente defensiva, caracterizava pelas freagens e o “amarrar” da produção que refletiam, de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta. Por vezes como um componente mais acentuadamente classista e coletivo, ora mais grupais e parciais ou mesmo expressando ações isoladas, estas manifestações foram inequívoca expressão da repulsa operária.» (Antunes, 1988: 14).

Essa «repulsa operária» apontada por Antunes significava que a sociedade civil estava se movendo contrariando o projeto de dominação estabelecido pela Ditadura Militar que tinha como emblema o binômio “desenvolvimento e segurança”. Nesse contexto vai se formando a teia de contestação à Ditadura Militar muito em função da crise econômica decorrente do fim do 'milagre brasileiro'.

Importante salientar que outros segmentos da sociedade brasileira retomam sua capacidade de mobilização na segunda metade da década de 1970 nesse contexto já analisado. O Movimento Estudantil, por exemplo, no ano de 1977 foi bastante significativo, pois no mês de maio daquele ano uma greve nacional estudantil eclodiu em solidariedade a operários presos no ABC paulista durante as comemorações do 1º de maio, apesar da repressão sempre presente nos campi.

Nesse espaço temporal que está sendo analisado terá um acontecimento que tem repercussão muito grande na imprensa nacional: a tentativa de reconstrução da União Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, durante o III Encontro Nacional dos Estudantes. Vários estudantes foram detidos, chegando ao número de 800. Depois, em São Paulo, no segundo semestre de 1977 em um encontro semi-clandestino a UNE foi reconstituída.

Além do movimento estudantil e sindical constata-se que, como nos lembra Eder Sader, em sua obra *Quando novos personagens entram em cena*:

«O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve como contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano.» (Sader, 1988: 311-12).

A marca da ação coletiva desses *novos personagens* é a diversidade em sua organização e o que os unia, era o confronto com a Ditadura Militar, ou seja, a ânsia por participação direta nas decisões das questões que lhes afetavam:

«Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados.

Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros.» (Sader, 1988: 313)

Nesse sentido, dessa forma se criam as condições políticas. Constituem-se os sujeitos, dessa peculiar etapa histórica, inéditos na sociedade brasileira. Não é a mesma classe, não são as mesmas tradições do sindicalismo, não são as mesmas tendências de esquerda. Esses elementos são, digamos, político culturais e não só uma consequência da crise econômica. A crise poderia ter existido, mas as transformações na sociedade vão ser dadas pelos distintos atores, que se constituíam no campo, digamos assim, popular, naqueles movimentos moleculares indicados anteriormente e também nos movimentos massivos da nova conjuntura.

E quais seriam esses novos personagens que distinguiriam das antigas formas de organização e do fazer política? Eder Sader os identifica como aqueles que emergem dos movimentos populares ligados aos Movimentos Contra Custo de Vida, Por transporte, Associações de Bairros, Bases das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's -, Oposição Sindical, Clubes de Mães de São Paulo etc.

«Temos assim, nessa nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão, que se remetem a diferentes histórias e experiências. Nos clubes de mães suas práticas expressaram a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade. Já nas comissões de saúde vimos a valorização das conquistas obtidas nos espaços dos serviços públicos. Na oposição sindical, a valorização da organização e da luta na fábrica. No sindicalismo de São Bernardo, a valorização da recuperação do sindicato como espaço público operário, e as greves e assembleias de massa como formas de afirmação política.» (Sader, 1988: 313).

Ainda dentro do contexto da década de 1970 faz-se necessário analisar o processo eleitoral do período no quadro do bipartidarismo existente, ou seja, na bitola dos partidos consentidos: ARENA – Aliança Renovadora Nacional, base de sustentação do governo e do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, oposição *consentida* que se consistia em uma frente poliideológica que congregava organizações de esquerda semiclandestinas, partidos proscritos (PCB, Pcdob), forças de centro e de direita. Inserido neste quadro partidário é que se deram as eleições proporcionais de 1974 e o partido de oposição, MDB, obteve a maioria dos votos do eleitorado brasileiro, evidenciando assim a tendência oposicionista da sociedade civil brasileira.

«Em 1974, o partido da oposição recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA nas eleições para o Senado. Para Câmara dos Deputados o MDB aumentou significativamente a sua representação; em 1970, assinala Maria Helena Moreira Alves (1984:189), ele obtivera 87 cadeiras, e a Arena, 233. Em 1974, o MDB quase que duplicou a sua bancada elegendo 161 deputados, enquanto a Arena desceu para 203.» (Germano, 1993: 217).

As razões para tal fenômeno residem no fato de que a oposição usou o espaço eleitoral no rádio e na televisão para criticar abertamente o governo, centrando principalmente na crise econômica, denúncia à repressão e a corrupção, também, contribuiu a perda do significado do apelo ao voto nulo, instituindo a figura do chamado *voto útil*¹³ (Germano 1993). No intuito de contextualizar não se deve esquecer que em 1974 assumiria o governo em substituição ao General Médici, outro general, Ernesto Geisel. Esse assume com a promessa de promover uma abertura *lenta, gradual e segura*. No início de seu governo, Geisel, enfrentou resistências no seio das chamadas *comunidades da informação* e a denominada linha dura do regime resistiam à essa proposta do governo. Tanto é verdade que duas mortes provocadas por torturas nas dependências do DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, a do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manoel Fiel Filho (1976), apontam uma tensão no aparelho de Estado brasileiro.

Apesar da predisposição do governo Geisel em estabelecer a abertura política, o mesmo não deixou de usar dos mecanismos jurídicos da ditadura para conter o avanço eleitoral da oposição:

- Para as eleições municipais de 1976 tratou de censurar a propaganda eleitoral no rádio e televisão através da *Lei Falcão*¹⁶ que proibia qualquer pronunciamento no horário eleitoral.
- Em abril de 1977, o presidente usando de suas prerrogativas concedidas pelo AI-5 (Ato Institucional nº 5) fecha o Congresso Nacional estabelece reformas no sentido de manter o partido do governo como majoritário além de assegurar que os governos estaduais continuassem sendo eleitos indiretamente por um colégio eleitoral restrito. No que diz respeito ao Congresso Nacional ficou determinado que 1/3 do Senado passasse a ser designado pelo Presidente da República (*Senadores Biônicos*). Essas medidas adotadas pelo Presidente Geisel ficaram conhecidas como “*Pacote de Abril*”.

Além dessas medidas tomadas pelo General Presidente Geisel que com isso cedia a pressões da chamada “linha dura” do Governo, estende-se a Lei Falcão para as eleições estaduais e federais além de que seu sucessor governaria por seis

anos, escolhido pela cúpula militar e sacramentado pelo congresso. Via-se, então, que os militares não iriam entregar o poder sem luta. Interessante notar que a situação do regime ditatorial não estava tranqüila:

- A crise econômica que assolava a economia mundial, aliada à incapacidade do governo brasileiro em manter o nível de investimentos, atingia em cheio o modelo econômico brasileiro que dava sustentação ao regime ditatorial, ou seja, aquilo que parecia o grande feito dos governos militares que fora o “milagre brasileiro” estava em plena crise.
- A sociedade civil brasileira inicia seus movimentos de contestação ao regime: os estudantes, o movimento operário, OAB, setores da Igreja ligados à denominada Teologia da Libertação, Movimentos de Dona de Casa, ou seja, os Movimentos Sociais começam a pautarem a discussão política no Brasil.
- Além desses fatores no campo da política institucional o partido de sustentação do governo, ARENA, sofre reveses constantes nas eleições parciais no período após 1974.

Resumindo: a sociedade brasileira fazia um movimento no sentido contrário do que queriam os detentores do poder, pode-se dizer que a *sociedade civil* colocava em cheque as posições da *sociedade política*. As posições ficam claras à medida que o governo, apesar do discurso oficial de distensão, tomava medidas para que a abertura fosse hegemônica pelo *Bloco Histórico de Poder* constituído após o golpe de 1964. Medidas essas materializadas no famoso “*Pacote de Abril*” e as cassações de parlamentares contrários ao regime.

No entanto, a tentativa de fazer uma abertura controlada apresenta resistências no seio do próprio aparelho de Estado. Geisel sofreu investida de desestabilização por parte de setores da linha dura das Forças Armadas, por exemplo, o Ministro do Exército Sílvio Frota, no início de 1977, pretendeu dar um golpe no Presidente Geisel. Essa atitude do Ministro Sílvio Frota anunciava a disputa que se apresentaria no processo sucessório para presidente que deveria ocorrer no ano de 1978.

Por outro lado a Sociedade Civil continuava sua movimentação de sentido de pressionar o governo para a retomada do chamado Estado de Direito. Face ao crescimento galopante da

inflação provocando uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores que sofriam as agruras do “*arrocho salarial*” que ainda insistia na fórmula, apesar do milagre brasileiro já ter dado evidências de seu fim desde 1974.

Portanto, pode se verificar que o final dos anos de 1970 foi bastante movimentado e em ebulição, as forças políticas da nação estavam se defrontando: o *Bloco Histórico* tentando se manter e a Sociedade Civil se postando no sentido da mudança. É nesse contexto que se torna importante ressaltar a mobilização dos operários metalúrgicos do ABC paulista.

Para melhor caracterizar o *Bloco Histórico* dominante seria interessante, apresentar, como, segundo Dreiffus, se configurou o mesmo:

«Essa campanha englobou a maioria das classes dominantes, incluindo a chamada burguesia “nacional”, da qual tantos políticos e intelectuais e até mesmo oficiais militares esperavam um posicionamento nacionalista e reformista. Contrariando tais expectativas, a burguesia “nacional” assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa sócio-econômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais.» (Dreiffus, 1981: 38).

Interessante salientar que essa análise feita por Dreiffus (1981) caracteriza bem o momento inicial da “Ditadura Militar” e, como se pode notar, não comportaria no Aparelho de Estado somente setores das Forças Armadas, mas também, sobretudo setores das classes dominantes.

Essa configuração estatal que é hegemônica no período da Ditadura Militar, com o seu endurecimento, em 1968, com a edição do AI-5. É mister explicar que, a partir da segunda metade dos anos 1970, esse bloco histórico de poder está sendo colocado em xeque pela mobilização da sociedade civil brasileira, não só pelos setores populares como também por aqueles setores que outrora apoiavam o regime ditatorial. Isso se comprova à forma bastante incisiva de críticas feitas pelos liberais do MDB ao regime e mesmo por aqueles que foram seus artífices políticos. O cenário sucessório do general Geisel deixa isso muito claro como se

pode ver na citação abaixo retirada de um editorial publicado pelos *Exilados brasileiros no México* que constituía-se um “jornal de recortes” organizados pelos exilados políticos e estudantes brasileiros que viviam no México:

«A Frente Nacional de Redemocratização tem como seus articuladores o banqueiro Magalhães(sic.), liderando os dissidentes da arena (sic.), frustrados por não terem sido contemplados com o governo de seus estados. Já Magalhães alimenta a possibilidade de vir a ser o futuro ditador, considerando que sua participação no golpe militar de 64, cobriria os requisitos exigidos para tal posto. A dissidência militar liderada pelo general Hugo Abreu (ex-chefe da casa militar) e Euler, é justificada por não concordarem com a forma impositiva de Geisel, na escolha de Figueiredo. A aliança Magalhães-Euler, como articuladores da “frente”, se propõe resgatar os “ideais revolucionários de 64”.» (Junho de 1978)

Como se pode notar o Bloco Histórico que dava sustentação ao projeto ditatorial encontrava rachado, ou melhor, existia uma “crise de hegemonia” como diria Gramsci, no seio do referido bloco histórico. Além dessa dissidência interna não deve deixar de citar a postura do MDB, partido de oposição que congregava diversos setores da sociedade brasileira: setores burgueses, passando pela pequena burguesia liberal e até mesmo incluindo grupos comprometidos com demandas populares. Tomando como referência o documento editado pelos Exilados Brasileiros onde é citada uma declaração do empresário Severo Gomes que apontava a superação da ditadura por intermédio de um pacto social:

«Nessa conjuntura de ascenso do movimento popular pela redemocratização e crescente isolamento da ditadura, a “frente” busca fazer-se porta voz do anseio popular, assumindo inclusive algumas de suas bandeiras, desde que não comprometam evidentemente, a continuidade do sistema capitalista. Nas palavras do empresário Severo Gomes²², se trataria da composição de uma frente ampla capaz de “gerar um pacto social duradouro, no qual os conflitos classistas e interclassistas fossem harmonizados”.» (Junho de 1978).

Portanto, é nesse contexto de crise de hegemonia no ambiente do Bloco Histórico

dominante que as mobilizações dos trabalhadores se estabelecerão enquanto “novidade”, enquanto o “novo” por que, a crise de hegemonia se caracteriza em função da incapacidade do “velho” se manter hegemônico e o “novo” não reunir condições históricas para assumir o controle do processo político no campo da Sociedade Política. A novidade do final da década de 1970 foi a mobilização dos trabalhadores que adquire um caráter de autonomia. Em desdobramento, aliados a esses novos atores, constitui-se o Partido dos Trabalhadores, que nos anos 2000 assumiram o poder no Brasil na figura do líder operário Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Algumas considerações sobre a década de dois mil: a autonomia em questão.

Na década de oitenta, alguns países da América Latina iniciam seus processos de transição para a democracia política¹ em plena crise econômica. O desafio dos países do continente apresentava-se como uma dupla questão: reconstruir a democracia e apresentar saídas para crise econômica. No entanto, como aponta Agustín Cueva (Cueva: 1976), o processo de redemocratização da América Latina acabou por considerar a democracia como uma categoria exclusivamente política, que estabelece um tipo específico de relações entre estado e sociedade civil caracterizado pela liberdade, eleições periódicas, consolidação de um conjunto de leis, etc. O debate sobre o modelo econômico tornou-se secundário diante do desafio de construir consensos para transição política. Deste modo, a redemocratização não significou a retomada de propostas transformadoras que apresentassem soluções para os graves problemas latino-americanos.

Já os anos 90 representaram para a América Latina a adoção das chamadas políticas neoliberais orientadas pelos Estados Unidos e por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O Consenso de Washington² estabeleceu os eixos de mudanças que deveriam, em tese, sanar a crise econômica e social que atingia os países latino-americanos: abertura econômica, privatizações, adesão às regras de propriedade intelectual e patentes, proteção de investimentos e ênfase na atração do capital externo, disciplina fiscal, redução dos gastos dos Estados, flexibilização das leis trabalhistas, utilização de câmbio e juros de mercado. Estas mudanças na orientação econômica adotadas pelos governos

eleitos nos anos noventa³ foram duramente criticadas por setores de esquerda, inclusive pelo Partido dos Trabalhadores, maior partido de oposição no período.

A esquerda latino-americana tentava se reorganizar, após um longo período de ditadura, para resistir às políticas adotadas pelos governos denominados de neoliberais, e, passou a se agrupar, a partir de 1991, em torno do Foro de São Paulo, articulada por Fidel Castro e Luis Inácio Lula da Silva. A intenção era reunir os movimentos e partidos de esquerda latino-americana para debater a nova conjuntura internacional após a queda do muro de Berlim (1989) e articular uma plataforma comum para a América Latina e Caribenha.

O primeiro encontro deste Foro ocorreu na cidade de São Paulo com a presença de 68 organizações e partidos políticos de 22 países latino-americanos que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e do Caribe frente à reestruturação da hegemonia internacional. Os objetivos iniciais deste Foro estão na sua primeira declaração, que, resumidamente, expressam a necessidade de renovar “o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigirem concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas.” A declaração ainda apresentava as bases de um novo conceito de unidade e integração continental, que supõe: “a reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos.”

Importante ressaltar, que entre os participantes do Foro de São Paulo se encontravam muitos líderes e partidos que, posteriormente, se elegeriam como presidente de alguns países da América Latina.

Neste momento de reorganização dos movimentos sociais e dos partidos políticos, colocava-se em questão a atualidade da necessidade de discutir formas de organização e de luta a serem desenvolvidas para impulsionar mudanças no modelo de desenvolvimento para

América Latina. Nos anos 90, ocorreu uma onda de mobilizações na América Latina, desde os indígenas no Equador, estudantes no Brasil, *piqueteiros* na Argentina, etc. A efervescência dos movimentos populares e a necessidade de resistência ao projeto neoliberal tornou-se pauta de discussão e de mobilização.

Em 2001, é realizado em Porto Alegre o I Fórum Social Mundial que reuniu diversos movimentos políticos, organizações não governamentais, personalidades, sob o lema “Um outro Mundo é possível” em contraposição ao Fórum Econômico Mundial. O Fórum Social potencializou a articulação dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda nos países latinoamericanos, por meio de reuniões e atividades conjuntas e da organização de redes sociais temáticas que englobava cultura, educação, saúde, meio ambiente, gênero, etc. Neste sentido, talvez seja possível afirmar que a partir dos anos 90, existe uma tendência de “reinvenção” da esquerda latinoamericana a partir de novas pautas e grupos sociais. Se, no período da ditadura a sociedade civil cria novas formas de organização priorizando as temáticas ligadas ao seu cotidiano, agora em democracia, nos anos dois mil, a sociedade civil potencializa essas formas de organização abrangendo seu conteúdo para além dos movimentos tradicionais, como sindical, estudantil ou de bairros. Cabe destacar que muitos destes movimentos se colocavam como alternativa ao capitalismo e também ao socialismo nos moldes da ex- URSS e da China, mas não explicavam qual seria este outro caminho. A negação ao neoliberalismo era condição para chegar-se ao novo, sem saber exatamente o que seria este novo.

No anos de 2002, Luis Inácio Lula da Silva é eleito com a promessa de tirar o Brasil da crise econômica e social dos anos 90. Para os movimentos sociais, a vitória de Lula significou a chegada de um líder operário na estrutura do Estado que teria a possibilidade de aplicar alternativas a todas as críticas realizadas a governos anteriores. Para lidar com o movimento social, o governo abriu diálogo com todas as entidades, seja de forma direta ou indireta, ou seja, por meio de reuniões diretamente com o governo, ou pela constituição de Conselhos ou de Conferências setoriais para discutir propostas ouvindo a sociedade civil.

O dilema colocado aos movimentos sociais era de como atuar frente ao governo Lula,

principalmente porque o país estava vivendo um processo extremamente polarizado entre o núcleo liderado por setores favoráveis à continuidade da implantação do neoliberalismo e, por outro impulsionador de mudanças. Em outras palavras, os movimentos sociais que nasceram do enfrentamento de classe, agora viam-se diante da possibilidade de vivenciar a aplicação de todas as suas reivindicações por um governo do qual se identificava. A adesão ao governo era o caminho talvez mais fácil para as organizações, no entanto, poderia deixá-los refém das políticas governamentais.

Portanto, o desafio era apoiar o governo a realizar mudanças estruturais presentes no programa político sem perder a autonomia. Alguns líderes sindicais foram inclusive convidados a trabalharem na estrutura do Estado. Este movimento do então presidente Lula poderia simbolizar uma cooptação do movimento, mas por outro lado, para o movimento, poderia significar a disputa pelas políticas mais avançadas ou corporativistas dentro do governo.

De qualquer maneira, este impasse do significado da participação em um governo 'popular' não foi resolvido durante os anos de Lula na presidência da República. O diálogo aberto às entidades sociais significou uma mudança de paradigma entre os movimentos sociais e sociedade civil. Até a eleição de Lula, os movimentos lutavam por mais direitos e pela abertura de um canal de diálogo frequentemente negado tanto na ditadura como em governos democráticos. Agora, o espaço de interlocução estava aberto, o que deveria-se supor que as entidades sociais continuariam a pressão pela aprovação de reformas que adequassem às suas reivindicações. Mas a disputa política, cada vez mais acirrada no país, por muitas vezes levou aos movimentos a se manifestarem de forma a apoiar as posições do governo, mesmo que não fossem as ideais.

Essa questão da autonomia dos movimentos frente aos governos populares ou progressistas não foi um problema somente no Brasil, mas também em outras experiências, como por exemplo, guardando as devidas proporções, no Chile durante o governo do socialista Salvador Allende (1970-1973). Neste governo, o presidente da CUT, Central Única dos Trabalhadores ingressou no governo como Ministro do Trabalho. A discussão no movimento era se ele deveria se licenciar ou não

da presidência da CUT. Setores mais esquerdistas criticavam a perda de autonomia do movimento sindical chileno, mesmo em um governo que objetivava abrir caminho para transição socialista.

Por fim, os desafios historicamente colocados aos movimentos sociais estão relacionados à necessidade de se organizarem a partir do enraizamento na sua realidade cotidiana e à necessidade da manutenção da sua autonomia para impulsionar mudanças que beneficie o conjunto da população.

Referências

- Antunes, Ricardo (1988), *Rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio; Campinas (SP), Editora da UNICAMP.
- Cano, Wilson (2000), *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, UNESP.
- Cueva, Agustin (1976), *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México, Siglo XXI.
- Diniz, E. (1999), "Globalização, democracia e reforma do Estado: paradoxos e alternativas analíticas", in Melo Rico, E, e Raichelis, R. (ed.), *Gestão social – uma questão em debate*. São Paulo, Educ/IEE.
- Dreifuss, René Armand (1981), *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Faria, Hamilton José Barreto (1986), *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978)*. São Paulo, PUC/SP, (Dissertação de Mestrado).
- Filgueiras, Cristina Almeida Cunha (1986), *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres no Bairro Industrial*. Belo Horizonte, FAE/UFMG (Dissertação de Mestrado)
- Germano, José Wellington (1993), *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- Hobsbawm, Eric. J. (2000), *A Era dos extremos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Informação (1978), *Recorte de Jornais Feito por Exilados Brasileiros – Ao Leitor*. Ano II, 14, México DF, junho.
- Mattos, Marcelo Badaró (2003), *O sindicalismo brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar,.
- Nogueira, Marco Aurélio (2005), *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo, Cortez.
- Noronha, Maria Olinda, Xavier, Maria Elizabete e Ribeiro, Maria Luisa (1994), *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo, FTD.

Oliveira, Wellington de (2006), *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. Belo Horizonte, FAE/UFMG, (tese de doutorado)

Sader, Eder (1998), *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Sader, Emir (ed.) (2013), *10 anos de governos pós neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo. Rio de Janeiro, Flacso.

Simionatto, Ivete, *Sociedade Civil Classes subalternas e construção democrática*. In Internet:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoH/politicas_publicas_maranhao_Ivete%20Simionatto.pdf

Notas

¹ Os países do cone sul vivenciaram regimes autoritários a partir dos anos de 1954 com golpe militar no Paraguai, 1964 no Brasil, em 1973 no Chile, e em 1976 no Uruguai e na Argentina.

² Consenso de Washington foi uma reunião realizada em 1989 em que participaram economistas e instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Nesta reunião, definiram um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas por países não desenvolvidos para “modernizar” os Estados e suas economias.

³ Os primeiros presidentes dos países do cone sul implementaram as políticas neoliberais nos anos 90 foram: Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Luis Alberto Lacalle (Uruguai). No entanto, no caso do Brasil, a aplicação das medidas neoliberais se aprofundaram no governo de Fernando Henrique Cardoso. (1995-2002).